



Diário Oficial
Municípios de Santa Catarina

Quinta-feira, 28 de maio de 2026 às 09:31, Florianópolis - SC

PUBLICAÇÃO

Nº 8376127: EDITAL DE PREGÃO ROLO 29 PL 90-2026

ENTIDADE

Prefeitura municipal de Ibiam

MUNICÍPIO

Ibiam



<https://diariomunicipal.sc.gov.br/?q=id:8376127>

CIGA - Consórcio de Inovação na Gestão Pública
Rua Gen. Liberato Bittencourt, n.º 1885 - Sala 102, Canto - CEP 88070-800 - Florianópolis / SC
<https://diariomunicipal.sc.gov.br>



Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

O **MUNICÍPIO DE IBIAM**, Estado de Santa Catarina, CNPJ 01.612.745/0001-74, representado por seu Prefeito Municipal Camilo Cezar Minosso Gatti **TORNA PÚBLICO** que fará realizar licitação pública, **SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇO**, na modalidade **PREGÃO ELETRÔNICO**, tipo **MENOR PREÇO POR ITEM**, e que será regida pela Lei n.14.133, de 01 de abril de 2021, Decreto Municipal n. 4499/2025, LC 123/06, também atualizada. Com objeto de **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINA DE ROLO COMPACTADOR LISO/VIBRATÓRIO AUTOPROPELIDO, COM PESO MÍNIMO DE 12 TONELADAS, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA, DEVIDAMENTE REVISADO E APTO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, conforme o Termo de Referência (anexo II).

Senhor Licitante,

Para formação da proposta de preço e inserção no sistema COMPRAS.GOV.BR, V.S.^a deverá basear-se exclusivamente nas informações do Edital, especialmente nas especificações técnicas do objeto e demais condições do Anexo II – Termo de Referência, desconsiderar as especificações do sistema. O sistema COMPRAS.GOV.BR é apenas a plataforma utilização para realização da sessão pública.

TIPO: MENOR PREÇO POR ITEM.

RECEBIMENTO DAS PROPOSTAS: Até às 08:30 do dia 16/06/2026.

ABERTURA E JULGAMENTO DAS PROPOSTAS: às 08:45 horas do dia 16/06/2026.

INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS: às 08:45 horas do dia 16/06/2026.

REFERÊNCIA DE TEMPO: horário de Brasília (DF)

PLATAFORMA ELETRÔNICA: www.comprasnet.gov.br

UASG: 980920

VALOR MÍNIMO DE LANCE: R\$ 0,01 (um centavo).

Formalização de consultas/encaminhamentos:

LOCAL: Sede da Prefeitura Municipal de Ibiã





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

ENDEREÇO: Travessa Leoniza Carvalho de Agostini, 20 – Centro, Município de Ibiã – Santa Catarina, CEP: 89652-000.

Pregoeiro: Fernando Caon.

E-mail: fernando.caon@ibiam.sc.gov.br ou licita@ibiam.sc.gov.br

Telefone: (49) 35340044 ou (49) 92001-3328

1. DO OBJETO

A presente licitação tem por objeto o **Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de serviços de horas-máquina de rolo compactador liso/vibratório autopropelido, com peso mínimo de 12 toneladas, em bom estado de conservação, funcionamento e segurança, incluindo operador, combustível, manutenção e tudo que for necessário para a execução dos serviços**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Termo de Referência.

2- PARTICIPAÇÃO

2.1 - Poderão participar do presente Pregão Eletrônico as empresas do ramo de atividade pertinente ao objeto da contratação, que atenderem a todas as exigências, inclusive quanto à documentação constante deste Edital, e seus Anexos e, estiver devidamente cadastrada junto ao Órgão Provedor do Sistema, através do site www.comprasnet.gov.br.

2.2 - Não será admitida nesta Licitação a participação de:

- a) Estrangeiras que não funcionem no País.
- b) Declaradas inidôneas por Ato do Poder Público de Ibiã, ou que estejam impedidas de licitar e contratar com a Administração Pública, nos termos da Lei nº 14.133/2021, contratar ou transacionar com a Administração Pública Municipal ou quaisquer de seus órgãos descentralizados.
- c) que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 9º, § 1º, da lei nº 14.133, de 2021;

2.3 - A participação nesta licitação significará a aceitação plena e irrestrita dos termos do presente Edital e das disposições das leis especiais, quando for o caso.

2.4 - Como requisito para participação no Pregão, em campo próprio do sistema eletrônico, a licitante deverá manifestar o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no Edital.

3 - REPRESENTAÇÃO E CREDENCIAMENTO

3.1 - Para participar do Pregão, a licitante deverá se credenciar no Sistema “PREGÃO ELETRÔNICO”, através do site www.comprasnet.gov.br.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

3.1.1 - O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, para acesso ao sistema eletrônico.

3.1.2 - O credenciamento da licitante junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade legal da licitante ou seu representante legal, e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes ao Pregão Eletrônico.

3.2 - O uso da senha de acesso ao sistema eletrônico é de inteira e exclusiva responsabilidade da Licitante, incluindo qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município de Ibiã, promotor da Licitação, responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

4 - DO ENVIO DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

4.1 - A participação no Pregão Eletrônico dar-se-á por meio de digitação da senha privativa da licitante e subsequente encaminhamento da proposta de preços, contendo **especificações, valor unitário** e demais informações necessárias.

4.1.1 - A proposta de preços será formulada e enviada em formulário específico, **exclusivamente por meio do Sistema Eletrônico**.

4.1.2 - As **Microempresas e Empresas de Pequeno Porte** deverão declarar, sob as penas da Lei, que se enquadram nas hipóteses do art. 3º, da Lei Complementar 123/2006, clicando no campo próprio previsto na tela de envio das propostas.

4.2 - A licitante se responsabilizará por todas as transações que forem efetuadas em seu nome, no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas, assim como sua declaração e os lances inseridos durante a Sessão Pública.

4.3 - Incumbirá a licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a Sessão Pública do Pregão Eletrônico.

4.4 - Nas propostas serão consideradas obrigatoriamente:

- a) Preço unitário e total em moeda corrente nacional, em algarismos e com no máximo duas casas decimais após a vírgula;
- b) Especificações detalhadas do objeto ofertado, consoante as exigências.
- c) Nos preços finais deverão estar incluídas quaisquer vantagens, abatimentos, custos, despesas administrativas e operacionais, fretes, impostos, taxas e contribuições sociais, obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais e comerciais, trabalho em sábados, domingos e feriados ou em horário noturno, que eventualmente incidam sobre a execução do objeto da presente Licitação;
- d) Fica estabelecido em sessenta dias o prazo de validade das propostas, o qual será contado a partir da data da Sessão. Na contagem do prazo excluir-se-á o dia de início e incluir-se-á o dia de vencimento.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

4.5 - Poderão ser admitidos pelo Pregoeiro erros de naturezas formais, desde que não Comprometam o interesse público e da Administração.

5 - DA ABERTURA DAS PROPOSTAS/SESSÃO

5.1. A abertura da sessão pública deste Pregão, conduzida pelo pregoeiro, ocorrerá na data e na hora indicadas no preâmbulo deste Edital, no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

5.2. Durante a sessão pública, a comunicação entre o Pregoeiro e as licitantes ocorrerá exclusivamente mediante troca de mensagens, em campo próprio do sistema eletrônico.

5.3. Cabe à licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de qualquer mensagem emitida pelo sistema ou de sua desconexão.

5.4. DA CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS.

- a) O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas e desclassificará, motivadamente, aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital.
- b) Somente as licitantes com propostas classificadas participarão da fase de lances.

6 – DA FORMULAÇÃO DE LANCES

6.1. Aberta a etapa competitiva, as licitantes classificadas poderão encaminhar lances sucessivos, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, sendo imediatamente informadas do horário e valor consignados no registro de cada lance.

6.2. A licitante somente poderá oferecer lance inferior ao último por ela ofertado e registrado no sistema.

6.3. Durante o transcurso da sessão, as licitantes serão informadas, em tempo real, do valor do menor lance registrado, mantendo-se em sigilo a identificação da ofertante.

6.4. Em caso de empate entre propostas, serão aplicados os critérios de desempate previstos no art. 60 da Lei nº 14.133/2021, observada a seguinte ordem: I – disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta; II – avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes; III – desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres; IV – desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade (compliance); V – sorteio, como último critério.

6.5. Os lances apresentados e levados em consideração para efeito de julgamento serão de exclusiva e total responsabilidade da licitante, não lhe cabendo o direito de pleitear qualquer alteração.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

6.6. Durante a fase de lances, o Pregoeiro poderá excluir, justificadamente, lance cujo valor seja manifestamente inexequível.

6.7. Se ocorrer a desconexão do Pregoeiro no decorrer da etapa de lances, e o sistema eletrônico permanecer acessível às licitantes, os lances continuarão sendo recebidos, sem prejuízo dos atos realizados.

6.8. No caso de a desconexão do Pregoeiro persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão pública do Pregão será suspensa e reiniciada somente decorridas vinte e quatro horas após a comunicação expressa do fato aos participantes no sítio www.gov.br/compras/pt-br.

6.9. Neste Pregão o modo de disputa adotado é o Aberto.

6.10. A etapa de lances na sessão pública durará 10 (dez) minutos, e após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema eletrônico quando houver lance ofertado nos últimos 2 (dois) minutos do período de duração da sessão pública.

6.11. O intervalo de diferença entre os lances deverá ser de, no mínimo, R\$0,01 (um centavo) tanto em relação aos lances intermediários, quanto em relação do lance que cobrir a melhor oferta.

7 – DO MODO DE DISPUTA ABERTO

7.1 - No modo de disputa aberto a etapa de envio de lances na sessão pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da sessão pública.

7.2- A prorrogação automática da etapa de envio de lances, será de dois minutos e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive quando se tratar de lances intermediários.

7.3- Na hipótese de não haver novos lances a sessão pública será encerrada automaticamente.

7.4- Encerrada a sessão pública sem prorrogação automática pelo sistema, o pregoeiro poderá, assessorado pela equipe de apoio, admitir o reinício da etapa de envio de lances, em prol da consecução do melhor preço disposto.

7.5- A etapa de envio de lances na Sessão Pública durará dez minutos e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos dois minutos do período de duração da Sessão Pública.

7.6- No caso de empate ficto, de acordo com a LC 123/2006, será oportunizado à Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte mais bem classificada apresentar proposta de preço inferior àquela considerada Vencedora do Certame no prazo máximo de cinco minutos após o encerramento dos lances, sob pena de preclusão, sendo que, exercida a oportunidade a que se refere este subitem, sua proposta será classificada em 1º lugar.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

7.7- É considerado empate ficto quando as propostas apresentadas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte sejam iguais ou até cinco por cento superior à proposta mais bem classificada da empresa normal.

7.8- Havendo mais de uma microempresa ou empresa de pequeno porte com proposta de preço no intervalo, proceder-se-á a classificação das mesmas, em ordem crescente, a fim de lhes assegurar a prioridade em caso de inabilitação da imediatamente melhor classificada. As demais propostas serão ordenadas na sequência, igualmente em ordem crescente.

7.9- Caso a Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte recusar o benefício, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese mencionada neste edital, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

7.10- Não verificada a hipótese de empate previsto na legislação ou não exercido o direito, será classificada em 1º lugar a proposta originalmente Vencedora do Certame.

8 – DA NEGOCIAÇÃO

8.1. Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, o Pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico, contraproposta à licitante que tenha apresentado o melhor preço, para que seja obtida melhor proposta, vedada a negociação em condições diferentes das previstas neste edital.

8.2. A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelas demais licitantes

9 – DO JULGAMENTO E ACEITABILIDADE DAS PROPOSTAS

9.1 – A licitação será regida pela Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis.

9.2 - Encerrado o julgamento das propostas, será solicitada a PROPONENTE VENCEDORA, pelo pregoeiro, no sistema Comprasnet para que seja anexada a DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO NO PRAZO MÍNIMO DE 02 (duas) HORAS.

9.3 - De acordo com o art. 63, inciso II c/c com o art. 17, § 1º da Lei 14.133/2021, por não se tratar de inversão de fases, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação apenas pelo licitante vencedor na fase de habilitação, os quais deverão serem enviadas no prazo mínimo de 2 (duas) horas, após o envio de mensagem do(a) pregoeiro(a) via sistema.

9.4 - Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários a confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado, via sistema, a encaminhá-los, em formato digital, no prazo mínimo de 2 (duas horas).

9.5 - Após análise da proposta e documentação, o Pregoeiro anunciará a licitante Vencedora.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

9.6 – Na hipótese da proposta ou do lance de menor preço não ser aceito, ou se a licitante Vencedora desatender as exigências habilitatórias, o Pregoeiro examinará a proposta ou lance subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procederá a sua habilitação na ordem de classificação, segundo o critério do menor preço, e assim sucessivamente até a apuração de uma proposta ou lance que atenda ao Edital.

9.7 – Sendo suscitada alguma dúvida quanto ao objeto proposto pela licitante Vencedora, em razão das especificações indicadas na proposta, o Pregoeiro poderá solicitar a licitante declaração expedida pela empresa, de que o objeto possui as características indicadas na proposta, como condição necessária para adjudicação do objeto.

9.8 – A licitante que não atender ao disposto no item anterior, em prazo estabelecido pelo Pregoeiro, estará sujeito à desclassificação do item proposto.

10 - HABILITAÇÃO

A habilitação da licitante Vencedora será verificada mediante apresentação dos seguintes documentos:

10.1 - HABILITAÇÃO JURÍDICA:

a) Registro Comercial, no caso de empresa individual, ou

b) Ato Constitutivo, Estatuto ou Contrato Social em vigor devidamente registrado, em se tratando de sociedade comercial e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, ou

c) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício, com as alterações.

d) Decreto de autorização e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, tratando-se de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, quando a atividade assim o exigir.

e) Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativa, mantido pelo Conselho Nacional de Justiça (www.cnj.jus.br/improbidade_adm/consultar_requerido.php).

f) Lista de Inidôneos, mantida pelo Tribunal de Contas da União – TCU <https://certidoes-apf.apps.tcu.gov.br/>.

g) Consulta do cadastro no SICAF.

10.2 - REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

a) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;

b) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual;





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

c) Prova de regularidade para com a **Fazenda Municipal** da sede do proponente, ou outra equivalente, na forma da Lei;

d) Prova de regularidade relativa ao **Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS)**.

e) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante apresentação de **Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT)**, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943.

f) Declaração Unificada (*anexo IV*).

10.3. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA.

a) A licitante deverá apresentar no mínimo, **1(um) Atestado de capacidade técnica**, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, expedido em nome da licitante (pessoa jurídica), comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da presente licitação, envolvendo operação de máquinas pesadas, serviços de compactação de solo ou serviços com rolo compactador.

10.4 - DA PARTICIPAÇÃO DAS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE

10.4.1- As Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte que quiserem participar deste Certame usufruindo os benefícios concedidos pela Lei Complementar nº 123/2006, deverão observar o disposto nos subitens seguintes.

10.4.2- A condição de Microempresa e Empresa de Pequeno Porte, para efeito do tratamento diferenciado previsto na Lei Complementar 123/2006, deverá ser comprovada, mediante apresentação da seguinte documentação:

a) Certidão Simplificada emitida pela Junta Comercial da sede da licitante onde conste o seu enquadramento como Empresa de Pequeno Porte ou Microempresa. As sociedades simples, que não registram seus atos na Junta Comercial, deverão apresentar certidão do Registro Civil de Pessoas Jurídicas atestando seu enquadramento nas hipóteses do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006. A Certidão deve estar atualizada, ou seja, emitida a menos de noventa dias da data marcada para a abertura da presente Licitação.

10.5 - As Microempresas ou Empresa de Pequeno Porte deverão apresentar toda a documentação exigida, mesmo que esta apresente alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal.

10.5.1 - Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de cinco dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que a proponente for declarada a Vencedora do Certame, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

10.5.2 - A não regularização da documentação, no prazo previsto no §1º, do artigo 43, da Lei Complementar nº 123/2006, implicará na decadência do direito à contratação, sendo facultado à Administração convocar as Licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para assinatura da Ata de Registro de Preços, ou Revogar a Licitação.

11- DO ENVIO DOS DOCUMENTOS

11.1 Encerrada a fase de julgamento das propostas, a licitante provisoriamente vencedora será convocada pelo(a) Pregoeiro(a), por meio do sistema **COMPRASNET**, para apresentar os documentos de habilitação exigidos neste Edital, no prazo mínimo de 02 (duas) horas.

11.2 Os documentos na forma prevista neste Edital deverão ser inseridos no sistema www.comprasnet.gov.br, juntamente com a proposta. **Obs. Anexar em arquivo único e de preferência em sequência conforme edital.**

11.3 Não serão aceitos documentos com prazo de validade vencido.

11.4 Todos os documentos exigidos para habilitação deverão estar no prazo de validade. Caso o órgão emissor não declare a validade do documento, esta será de 90 (noventa) dias contados a partir da data de emissão.

11.5 As declarações assinadas deverão ser realizadas preferencialmente na forma digital.

11.6 O não cumprimento do envio dos documentos de habilitação dentro do prazo acima estabelecido, acarretará nas sanções administrativas deste Edital, podendo o (a) Pregoeiro (a) convocar a empresa que apresentou a proposta ou o lance subsequente.

12 – DO PREENCHIMENTO DAS PROPOSTAS

12.1 - A licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no Sistema eletrônico, dos seguintes campos:

12.2 -PREÇO POR ITEM.

12.3 - Descrição detalhada do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência: indicando, no que for aplicável: modelo, prazo de validade ou de garantia; e número do registro ou inscrição do bem no órgão competente, quando for o caso;

12.4 A proposta deverá conter PREÇO POR ITEM, ou seja, a multiplicação da quantidade estimada do item pelo respectivo preço unitário (conforme a unidade e a quantidade mencionada abaixo), expresso em reais, sendo o total com 02 (duas) casas decimais, válido para ser praticado desde a data da apresentação da proposta até o efetivo pagamento.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

12.5 Até a abertura da sessão pública, as licitantes poderão retirar ou substituir a proposta e os documentos de habilitação anteriormente inseridos no sistema;

12.6 Serão considerados, para fins de julgamento, os valores constantes nos preços totais ofertados até, no máximo, duas casas decimais após a vírgula.

12.7. A licitante deverá considerar, para formulação de sua proposta, as seguintes condições.

12.8. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam à Contratada.

12.9. Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente no fornecimento dos bens ou serviços.

12.10. Os preços ofertados, tanto na proposta inicial quanto na etapa de lances, não serão passíveis de alteração sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

12.11. O prazo de validade da proposta é fixado em 60 (sessenta) dias, a contar da data de sua apresentação.

13 - IMPUGNAÇÃO AO ATO CONVOCATÓRIO

13.1. As Impugnações ao Ato Convocatório do Pregão serão recebidas até três dias úteis antes da data fixada para o recebimento das propostas, exclusivamente por meio de formulário eletrônico.

13.1.1. Caberá ao Pregoeiro, encaminhar a autoridade competente que decidirá sobre a Impugnação no prazo de três dias úteis.

13.1.2. Deferida a Impugnação contra o Ato Convocatório, poderá ser designada nova data para a realização do Certame.

14 - RECURSOS ADMINISTRATIVOS

14.1. Declarado o vencedor e decorrida a fase de regularização fiscal e trabalhista da licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte, se for o caso, será concedido o prazo de no mínimo trinta minutos, para que qualquer licitante manifeste a intenção de recorrer em campo próprio do sistema.

14.1.1. A falta de manifestação motivada do licitante quanto à intenção de recorrer importará a preclusão desse direito.

14.2. A licitante que manifestar a intenção de Recurso e a mesma ter sido aceita pelo Pregoeiro, disporá do prazo de três dias úteis para a apresentação das Razões do Recurso, por meio de formulário específico do sistema, que será disponibilizado a todos os participantes, ficando os demais desde logo intimados para apresentar as Contrarrazões em igual número de dias.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

14.3. O Recurso contra a decisão do Pregoeiro terá efeito suspensivo.

14.4. O acolhimento do Recurso importará na invalidação apenas dos atos insuscetíveis de aproveitamento.

14.5. Não serão conhecidos os Recursos interpostos após os respectivos prazos legais, bem como os encaminhados por fax, correios ou entregues pessoalmente.

14.6. Decairá do direito de impugnar, perante a Administração, os termos desta Licitação, a Licitante que, aceitando-os sem objeção, venha apontar, depois do julgamento, falhas ou irregularidades que a viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de Recurso.

15 - DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA

15.1. A sessão pública poderá ser reaberta:

15.2. Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

15.3. Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006. Nessas hipóteses, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

15.4. Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

15.5. A convocação se dará por meio do sistema eletrônico (“chat”), ou e-mail, ou de acordo com a fase do procedimento licitatório.

15.6. A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos no Compras.gov.br, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

16 – DO PRAZO DE VIGÊNCIA E REAJUSTE

16.1. Na hipótese de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços, poderá ser concedido reajuste dos valores registrados mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

16.2. O primeiro reajuste somente poderá ocorrer após decorridos 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado da contratação, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

16.3. A Ata de Registro de Preços terá vigência de 12 (doze) meses, contados da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e do art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

17. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇO.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

17.1. Depois de homologado o resultado deste Pregão, a licitante vencedora será convocada para assinatura da Ata de Registro de Preços, dentro do prazo de **5 (cinco) dias úteis**, sob pena de decair o direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

17.2. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo (s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

17.3. A assinatura deverá ser realizada preferencialmente na forma digital.

17.4. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

17.5. Será formalizado a Ata de Registro de Preços com todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação da licitante vencedora, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições, observadas as disposições da Lei nº 14.133/2021.

17.6. Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar a Ata de Registro de Preços, a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares e, feita a negociação, assinar a ata de registro de preços.

18. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

18.1. O Município efetuará o pagamento do objeto desta Licitação, a licitante Vencedora, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela fiscalização do contrato, observadas as disposições do Decreto Municipal nº 4499/2025.

18.2. As despesas decorrentes da execução do objeto da presente Licitação correrão às dotações da Lei Orçamentária.

Secretaria: Secretaria de Infraestrutura, Obras e Transportes

Fonte: 1500

Reduzido: 69

Detalhamento: 33903999 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica

19. DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES

19.1 A Contratada obriga-se a:





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

- a) Além das obrigações resultantes da observância da Lei nº 14.133/2021, prestar os serviços constantes do Anexo II – Termo de Referência, com exatidão e zelo, atendendo às normas do presente Edital, seus anexos e à legislação vigente, responsabilizando-se integralmente pelos serviços contratados;
- b) Ser pessoa jurídica atuante no ramo pertinente ao objeto da contratação;
- c) Responder por quaisquer danos que venha a causar perante terceiros, ficando os Órgãos Gerenciador e Participantes isentos de quaisquer responsabilidades civis, criminais, previdenciárias, trabalhistas e fiscais decorrentes da presente prestação de serviços;
- d) Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;
- e) Comunicar ao Fiscal da Ata de Registro de Preços, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local dos serviços;
- f) Responsabilizar-se integralmente pela execução dos serviços, nos termos da legislação vigente e exigências editalícias, observadas as especificações, normas técnicas e demais condições estabelecidas neste Edital e seus anexos;
- g) Atender, de imediato, as solicitações relativas à substituição, correção ou regularização dos serviços que não atendam às especificações exigidas;
- h) Assumir inteira responsabilidade quanto à qualidade dos serviços prestados, reservando ao Município o direito de recusá-los caso não satisfaçam aos padrões especificados;
- i) Manter as condições de habilitação e qualificação apresentadas na licitação, durante toda a execução da Ata de Registro de Preços;
- j) Arcar com todos os encargos fiscais, trabalhistas, previdenciários e demais despesas inerentes ao cumprimento do objeto deste certame, ficando o Município isento de quaisquer responsabilidades civis ou criminais;
- k) Não transferir a terceiros, no todo ou em parte, o objeto da presente licitação sem prévia autorização da Administração.

19.2 A Contratante obriga-se:

- a) Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;
- b) Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos provisoriamente com as especificações constantes do edital e proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

- c) Comunicar à Contratada, por escrito, sobre imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido;
- d) Efetuar o pagamento à Contratada no valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo e forma estabelecidos no Edital e seus anexos;
- e) A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução da presente Ata de Registro de Preços, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados;
- f) Acompanhar e fiscalizar a execução dos serviços em conformidade com o art. 117, da Lei nº 14.133/2021, através de servidor designado para este fim:

Nome do Gestor do Contrato: Valdir Sebastião Moreira;

Nome do fiscal: Amarildo Pirolli;

20. DAS PENALIDADES

Art. 156. Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas previstas nesta Lei as seguintes sanções:

I - advertência;

II - multa;

III - impedimento de licitar e contratar;

IV - declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

§ 1º Na aplicação das sanções serão considerados:

I - a natureza e a gravidade da infração cometida;

II - as peculiaridades do caso concreto;

III - as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

IV - os danos que dela provierem para a Administração Pública;

V - a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

§ 2º A sanção prevista no inciso I do **caput** deste artigo será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista no [inciso I do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

§ 3º A sanção prevista no inciso II do **caput** deste artigo, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas no [art. 155 desta Lei](#).

§ 4º A sanção prevista no inciso III do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do art. 155 desta Lei](#), quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

§ 5º A sanção prevista no inciso IV do **caput** deste artigo será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos [incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do art. 155 desta Lei](#), bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do **caput** do referido artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º deste artigo, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

§ 6º A sanção estabelecida no inciso IV do **caput** deste artigo será precedida de análise jurídica e observará as seguintes regras:

I - quando aplicada por órgão do Poder Executivo, será de competência exclusiva de ministro de Estado, de secretário estadual ou de secretário municipal e, quando aplicada por autarquia ou fundação, será de competência exclusiva da autoridade máxima da entidade;

II - quando aplicada por órgãos dos Poderes Legislativo e Judiciário, pelo Ministério Público e pela Defensoria Pública no desempenho da função administrativa, será de competência exclusiva de autoridade de nível hierárquico equivalente às autoridades referidas no inciso I deste parágrafo, na forma de regulamento.

§ 7º As sanções previstas nos incisos I, III e IV do **caput** deste artigo poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista no inciso II do **caput** deste artigo.

§ 8º Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

§ 9º A aplicação das sanções previstas no **caput** deste artigo não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública

21 - DISPOSIÇÕES GERAIS

21.1. É facultado ao Pregoeiro, auxiliado pela Equipe de Apoio, proceder, em qualquer fase da Licitação, diligências destinadas a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, vedada a inclusão posterior de documento ou informação que deveria constar originalmente da proposta.

21.2. Quaisquer pedidos de esclarecimento em relação a eventuais dúvidas de interpretação do presente Edital deverão ser dirigidos à Administração Municipal no endereço anteriormente citado, ou pelo telefone (49) 35340044 – (49)92001-3328 com o Pregoeiro Oficial e membros da Equipe de Apoio, Servidores do Município.

21.3. Os casos omissos serão resolvidos pelo Pregoeiro, que decidirá com base na legislação em vigor.

21.4. No interesse da Administração, e sem que caiba às participantes qualquer reclamação ou indenização, poderá ser:

- a) adiada a abertura da Licitação;
- b) anulada ou revogada no todo ou em parte.

21.5. O Foro competente para dirimir possíveis dúvidas e/ou litígios pertinentes ao objeto da presente Licitação é o da Comarca de Tangará, SC, excluído qualquer outro.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

21.6. Fazem parte do presente Edital:

Anexo I – Estudo Técnico Preliminar

Anexo II – Termo de Referência;

Anexo III - Modelo de Proposta de Preços;

Anexo IV- Declaração Unificada;

Anexo V – Minuta da Ata de Registro de Preço;

Ibiã/SC, 27 de Maio de 2026

Camilo Cezar Minosso Gatti

PREFEITO MUNICIPAL

André Luiz Simioni

Procurador Geral do Município – OAB/SC 45097





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

ANEXO I

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. Informações Básicas

Entidade Contratante: Prefeitura Municipal de Ibiã -SC

Setor requisitante: Secretaria Municipal de Infraestrutura Obras e Transportes

Nome do Projeto: Contratação de Horas de Rolo Compactador

Tipo de contratação: Contratação de serviços sem dedicação exclusiva de mão de obra, sob demanda, por hora máquina.

2. Descrição de necessidade

A malha viária rural do município de Ibiã é fundamental para garantir o desenvolvimento socioeconômico local, assegurando o deslocamento de moradores, o transporte escolar, o trânsito de veículos de emergência, o escoamento de produção agrícola e o acesso aos serviços essenciais da zona rural. Esta rede, com mais de 220 quilômetros de estradas não pavimentadas, requer manutenção constante em virtude do desgaste natural causado pelas intempéries, pelo intenso tráfego de veículos pesados e pela erosão. A falta de conservação adequada

desses trechos compromete severamente a trafegabilidade, reduz a segurança dos usuários das vias, dificulta o transporte escolar e impacta negativamente os produtores rurais e demais usuários, ampliando custos logísticos e levando, potencialmente, ao isolamento de algumas localidades.

Nos últimos períodos, o serviço de compactação do solo, fase fundamental para assegurar a durabilidade e resistência das estradas vicinais, vem sendo prejudicado devido à indisponibilidade do único rolo compactador pertencente ao município, que se encontra inoperante por apresentar graves falhas mecânicas. A paralisação deste equipamento tem resultado no acúmulo de demandas reprimidas, atrasando obras de





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

manutenção e recuperação que são imprescindíveis para minimizar prejuízos causados pelo clima, como enxurradas e atoleiros, e para prolongar a vida útil das melhorias já realizadas.

A ausência de resposta célere para a manutenção do maquinário próprio, condicionada a custos elevados e à dificuldade na aquisição e reposição de peças, ressalta a vulnerabilidade da infraestrutura municipal ao depender de um único equipamento essencial para a execução dos serviços rotineiros. Essa situação implica não apenas em impactos diretos nos cronogramas de manutenção, mas também em potenciais riscos à segurança da população, atrasos no acesso ao transporte escolar e restrições ao fluxo de mercadorias, prejudicando a economia local e a qualidade de vida dos cidadãos.

Portanto, torna-se evidente a existência de um problema relevante de continuidade e qualidade na prestação dos serviços públicos de conservação das estradas vicinais, cuja resolução é de interesse público imediato. A adoção de medidas que assegurem a regularidade e a eficiência dessa manutenção é fundamental para evitar transtornos, prejuízos e riscos à coletividade, especialmente frente às demandas constantes das áreas rurais e aos impactos amplos na mobilidade, segurança, acesso à educação, saúde e desenvolvimento econômico do município.

3. Requisitos da contratação

Considerando o cenário evidenciado, a conclusão deste Estudo Técnico Preliminar é que a contratação de horas máquina de rolo compactador representa a solução mais adequada e eficiente para garantir a continuidade e a qualidade dos serviços de manutenção, recuperação e conservação das estradas vicinais do município de Ibiã. Trata-se de serviço de natureza continuada, essencial à mobilidade rural, ao transporte escolar e ao escoamento da produção agrícola, trazendo benefícios diretos à segurança e ao desenvolvimento local.

Diante da indisponibilidade do rolo compactador próprio, por defeito impeditivo de uso e custos elevados de reparo em prazo indeterminado, torna-se imprescindível a





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

terceirização de serviços, de modo a assegurar a continuidade e evitar atrasos, prejuízos e riscos à população. Para atender aos interesses públicos e promover a competição, estabelecem-se os seguintes requisitos mínimos para a contratação:

- Disponibilização de rolo compactador em perfeitas condições de uso, revisado e apto às atividades de compactação em estradas vicinais e vias não pavimentadas.
- O equipamento deve possuir características técnicas compatíveis com os serviços a serem realizados, promovendo eficiência, segurança e qualidade no resultado final.
- Todo fornecimento de combustível, lubrificantes e insumos necessários ficará sob responsabilidade integral da empresa contratada, sem ônus extra para o município.
- A empresa será incumbida da manutenção preventiva e corretiva do equipamento, com substituições de peças e eventuais reparos imediatos, garantindo o pleno funcionamento durante a vigência contratual.
- Deverá ser disponibilizado operador qualificado, habilitado e com experiência comprovada, recaindo sobre a contratada todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à prestação dos serviços.
- O rolo compactador precisa atender a todas as normas de segurança vigentes, incluindo os dispositivos obrigatórios de proteção e operação.
- A contratada deverá garantir substituição do equipamento e/ou operador em situações de falha mecânica ou indisponibilidade, evitando paralisação dos serviços.
- Os serviços serão prestados nos locais, condições e horários definidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes, conforme demanda.
- A medição será realizada com base em horas efetivamente trabalhadas, sob supervisão do servidor responsável da Administração.

Os detalhes finais dos requisitos, especificações técnicas e condições de execução serão discriminados no Termo de Referência.

4. Levantamento de mercado

Com base no levantamento realizado, foram efetuadas pesquisas em mídias





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

especializadas e consulta ao banco de preços, a fim de identificar alternativas adotadas por outras administrações públicas para atender demandas similares. O estudo revelou que a contratação de serviços de compactação do solo, mediante locação de rolo compactador com operador, tem sido uma prática frequente e financeiramente viável em municípios com características e necessidades próximas às de Ibiã. Os orçamentos e notas de empenho analisados evidenciaram que tal solução apresenta custos compatíveis com a capacidade orçamentária local, assegurando que a execução das atividades possa ocorrer de forma contínua, sem onerar excessivamente os cofres públicos.

Entre as alternativas analisadas, considerou-se: a aquisição de um novo rolo compactador, o reparo do equipamento atualmente inoperante, e a contratação de empresa especializada para prestação do serviço. A compra de um novo equipamento demanda alto investimento inicial, manutenção constante e imobilização de capital, além de não resolver de imediato a demanda reprimida. O reparo do maquinário existente, por sua vez, enfrenta entraves relacionados à difícil localização de peças e elevado custo do conserto, sem garantia de que o equipamento voltará a operar em condições ideais, o que pode ocasionar novas paralisações. Já a terceirização do serviço, apresenta resposta imediata, redução de custos com manutenção, atualização tecnológica garantida pela empresa contratada e otimização dos prazos de execução das obras de recuperação.

Dessa forma, a solução tecnicamente mais adequada e economicamente justificada é a contratação de empresa para prestação dos serviços de compactação do solo. Esta medida proporciona agilidade, previsibilidade de custos e flexibilidade operacional, assegurando a continuidade dos serviços públicos essenciais voltados à conservação e melhoria das estradas vicinais rurais. Além disso, permite que o município direcione recursos para outras áreas prioritárias, favorecendo o desenvolvimento local e garantindo melhores condições de mobilidade, segurança e qualidade de vida para toda a população atendida.

5. Descrição da Solução como um todo

A solução consiste na terceirização programada de horas-máquina de rolo





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

compactador por meio do Sistema de Registro de Preços (SRP), garantindo flexibilidade para atendimento contínuo e conforme a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes. A proposta viabiliza a execução de serviços de compactação do solo em mais de 220 km de estradas vicinais, assegurando a trafegabilidade essencial para o trânsito rural, transporte escolar, logística agrícola e acesso a serviços básicos.

A contratação elimina o risco de paralisação das atividades de manutenção viária em virtude da indisponibilidade de equipamento próprio, assegurando resposta imediata e planejada às necessidades operacionais do município. Ao transferir à contratada obrigações de fornecimento de insumos, manutenção e substituição de equipamentos ou operadores, a responsabilidade operacional e os riscos de interrupção dos serviços são significativamente reduzidos, promovendo maior previsibilidade e eficiência na gestão pública.

O modelo adotado busca ampliar a competitividade, possibilitando que diversos fornecedores possam atender às oscilações de demanda, ao mesmo tempo em que proporciona ganho econômico ao afastar custos elevados e inesperados típicos de reparos emergenciais do ativo municipal. A regulação por meio de registro de preços favorece a contratação sob demanda parcelada, adequando-se à execução do orçamento público e assegurando a economicidade e transparência do processo.

O controle dos serviços será feito por medições presenciais de horas efetivamente trabalhadas, promovendo transparência e evitando ajustes imprecisos de quantitativos, o que resulta em maior aderência ao interesse público e ao uso racional dos recursos. O atendimento integral às normas de segurança e a exigência de operadores qualificados reforçam o compromisso com a qualidade e a redução de riscos à integridade dos trabalhadores e dos usuários das vias.

Por fim, a solução garante o atendimento permanente das necessidades do município no âmbito da mobilidade rural, sustentando o desenvolvimento econômico e social, prevenindo o isolamento de comunidades e assegurando, em prazo e custo justos, a continuidade dos serviços públicos essenciais.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

6. Estimativa de Quantitativo e do Valor

LOTE 1			
Nome do Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total
Horas máquina de rolo compactador liso, vibratório auto propelido, peso de no mínimo 12 toneladas, em bom estado, incluindo-se operador, combustível e tudo que for necessário para execução do serviço	1000	R\$342,36	R\$342.360,00
Preço global do lote R\$ 342.360,00			

Preço global da contratação **R\$342.360,00**

6.1 Dotação orçamentaria

A dotação orçamentária para suprir essa contratação é a seguinte:

Secretaria: Secretaria de Infraestrutura, Obras E Transportes reduzido:

69

Detalhamento: 33903999 outros serviços de terceiros pessoa jurídica

Fonte: 1500

7. Parcelamento do objeto

Considerando que a demanda refere-se exclusivamente à contratação de horas máquina de rolo compactador para a execução de serviços de manutenção, recuperação e conservação das estradas vicinais do município, trata-se de item único, sendo inviável e sem sentido operacional a divisão ou o parcelamento do





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

objeto em lotes distintos. A natureza singular da necessidade, bem como a uniformidade das especificações técnicas exigidas para o equipamento e o serviço prestado, justificam a contratação em um único contrato, otimizando o gerenciamento, a fiscalização e o controle da execução contratual.

Além disso, o parcelamento não proporcionaria ganhos de economicidade ou vantagens para a Administração, pois a contratação de múltiplos fornecedores para o mesmo serviço resultaria em redundância administrativa, possível elevação de custos, além de dificultar a padronização na prestação dos serviços e no atendimento das exigências técnicas e operacionais estabelecidas. A opção pelo item único, portanto, resguarda o interesse público, assegurando maior eficiência, agilidade e continuidade dos trabalhos essenciais à tráfegabilidade e à segurança da malha viária rural do município.

8. Contratações correlatas e/ou Interdependentes

Após análise detalhada das necessidades e das externalidades inerentes à contratação de horas máquina de rolo compactador para a manutenção e recuperação das estradas vicinais do município de Ibiã-SC, conclui-se que não existem outras contratações no âmbito da Prefeitura Municipal que sejam correlatadas ou interdependentes em relação ao objeto pretendido. A contratação ora proposta é específica para suprir demanda pontual decorrente da indisponibilidade do equipamento próprio, não estando vinculada a outros contratos de fornecimento de máquinas, materiais ou serviços, tampouco produzindo efeitos diretos sobre outras contratações em curso ou previstas. O escopo da contratação, restrito à disponibilização de um rolo compactador em condições ideais de funcionamento, com operador habilitado e sob inteira responsabilidade da empresa contratada quanto aos encargos e à manutenção do equipamento, é autônomo e suficiente em si mesmo, não demandando interface técnica, operacional ou administrativa com outros contratos municipais para sua execução ou fiscalização. Dessa forma, a prestação dos serviços contratados não interfere nem depende de qualquer outra aquisição, locação ou prestação de serviços vigente, e tampouco impacta negativamente outras rotinas ou compromissos da Administração, tratando-se de ação isolada e imprescindível dentro do contexto de manutenção viária, sem





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

gerar sobreposição ou conflito de atribuições contratuais no âmbito da Prefeitura de Ibiã-SC.

9. Plano de Contratações Anual (PCA)

A ausência de previsão da contratação de horas máquina de rolo compactador no Estudo Técnico Preliminar e, conseqüentemente, no Plano de Contratações Anual, justifica-se principalmente em função de mudanças de prioridades institucionais ao longo do exercício. Na ocasião do planejamento inicial, não havia indicativo de indisponibilidade do equipamento pertencente ao município ou previsão de falha mecânica de grande complexidade e custo elevado de reparo. Contudo, diante dos recentes problemas apresentados pelo rolo compactador municipal, que resultaram em sua completa inoperância e impossibilidade de utilização por tempo indeterminado, tornou-se imprescindível adotar providências imediatas para evitar a paralisação dos serviços de manutenção, recuperação e conservação das estradas vicinais, os quais são essenciais para garantir condições adequadas de trafegabilidade, mobilidade e segurança à população.

Assim, a necessidade excepcional de contratação terceirizada de horas máquina para rolo compactador surgiu como resposta emergencial a uma situação não prevista no planejamento inicial, cujo impacto comprometeria significativamente a execução das políticas públicas de infraestrutura viária rural. Ressalta-se que tal situação configura alteração relevante nas demandas institucionais, razão pela qual se faz necessária a atualização das ações de contratação e a devida fundamentação técnica, de modo a resguardar a continuidade dos serviços e o interesse público, mesmo não estando originalmente prevista no Plano Anual de Contratações.

10. Demonstrativos dos resultados pretendidos

A contratação de horas-máquina de rolo compactador pela Prefeitura Municipal de Ibiã - SC visa, prioritariamente, garantir a continuidade e a eficiência dos serviços de manutenção, recuperação e conservação das estradas vicinais do município.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Considerando a atual indisponibilidade do equipamento próprio, essa medida torna-se imprescindível para evitar a interrupção das atividades essenciais de infraestrutura viária, indispensáveis para o escoamento da produção agrícola, o transporte escolar e o acesso dos moradores da zona rural aos serviços públicos e ao mercado. A terceirização dos serviços permitirá que a administração municipal mantenha o ritmo programado de intervenções e atue de maneira ágil diante de eventuais emergências, como danos provocados por chuvas intensas ou aumento súbito do tráfego de veículos pesados.

Do ponto de vista da economicidade e do melhor aproveitamento dos recursos disponíveis, a contratação garante à Prefeitura maior racionalização dos investimentos públicos, pois elimina a necessidade de arcar com custos elevados e imprevisíveis de reparos em maquinário antigo, além de evitar a ociosidade de equipes e materiais decorrente da paralisação dos serviços em campo. Ao optar pela contratação por horas efetivamente trabalhadas, o município assegura o pagamento exclusivamente pelo serviço prestado, otimizando o uso dos recursos financeiros. Paralelamente, a responsabilidade da empresa contratada pelo fornecimento de insumos, operador capacitado e manutenção do equipamento libera a equipe técnica municipal para concentrar esforços no planejamento, fiscalização e acompanhamento das obras, promovendo um aproveitamento mais eficiente dos recursos humanos da Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Os principais resultados pretendidos com essa contratação são:

- Continuidade das atividades essenciais de manutenção e conservação da malha viária rural, evitando atrasos, retrabalhos e demandas reprimidas.
- Maximização do uso dos recursos públicos, com maior previsibilidade de custos e eliminação de despesas inesperadas relacionadas à manutenção e reposição de peças do equipamento próprio.
- Melhoria das condições de trafegabilidade, segurança e mobilidade em mais de 220 km de estradas vicinais, beneficiando diretamente produtores rurais, estudantes, moradores e demais usuários das vias.
- Aumento da vida útil das estradas agrícolas, com redução da necessidade de intervenções emergenciais e, conseqüentemente, otimização do cronograma de serviços de infraestrutura.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

- Melhor aproveitamento da equipe técnica municipal, que poderá dedicar-se a funções estratégicas, como gestão, fiscalização e planejamento dos investimentos públicos em vez de tarefas operacionais ou corretivas.
- Prevenção de impactos negativos socioeconômicos, como dificuldades no transporte escolar, prejuízos à produção agrícola e riscos de isolamento de localidades rurais.

Assim, a contratação proposta está alinhada ao interesse público, promovendo ganhos em eficiência operacional, redução de custos a médio e longo prazo e melhor qualidade de vida à população do município de Ibiã.

11. Providências prévias a serem adotadas

Previamente à celebração do contrato de contratação de horas máquina de rolo compactador, a Prefeitura Municipal de Ibiã-SC deverá adotar diversas providências com o objetivo de assegurar a regularidade, transparência e eficiência na execução dos serviços. Inicialmente, compete à Administração designar formalmente um servidor público, preferencialmente pertencente à Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes, para exercer a função de fiscal do contrato. Este servidor deverá ser capacitado e orientado quanto às atribuições e responsabilidades inerentes à fiscalização contratual, com foco no acompanhamento rigoroso da execução dos serviços, observância das cláusulas contratuais, aferição da qualidade do serviço prestado e registro de eventuais não conformidades.

Além disso, deverá ser promovida a comunicação das orientações necessárias a este servidor, incluindo a verificação das condições operacionais do equipamento, conferência da atuação do operador, controle de frequência e horas efetivamente trabalhadas, bem como o preenchimento de relatórios de fiscalização e demais documentos exigidos para a devida instrução processual. Por fim, é fundamental que a fiscalização seja pautada nos requisitos mínimos estabelecidos no procedimento de contratação, de modo a garantir que o serviço atenda plenamente às necessidades do município e que eventuais problemas sejam resolvidos de forma ágil, minimizando riscos e prejuízos à administração municipal e à coletividade.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

INDICAÇÃO DO FISCAL DO CONTRATO:

Nome completo do(a) fiscal: Amarildo Pirolli **Contato:**

amarildo.pirolli@ibiam.sc.gov.br INDICAÇÃO DO

GESTOR DO CONTRATO:

Nome Completo do(a) Gestor(a) do Contrato: Valdir Sebastião Moreira

Cargo: Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes

12. Possíveis impactos ambientais

Neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se pela inexistência de possíveis impactos ambientais relevantes decorrentes da contratação de horas máquina de rolo compactador para a manutenção, recuperação e conservação das estradas vicinais do município. A ação consiste exclusivamente na prestação de serviço com equipamento específico, sem introdução de novos processos construtivos, insumos químicos ou atividades que possam alterar de forma significativa o meio ambiente local. Ressalta-se que a compactação do solo, etapa fundamental dos serviços de melhoria viária, já faz parte da rotina de manutenção tradicionalmente adotada pelo município e segue procedimentos usuais reconhecidos pela legislação vigente.

Adicionalmente, os requisitos estabelecidos para a contratação preveem a utilização de equipamentos modernos, revisados e em conformidade com as normas ambientais e de segurança, bem como a responsabilidade integral da empresa contratada quanto ao fornecimento de insumos, manutenção e substituição do maquinário, mitigando qualquer potencial risco pontual de vazamento, emissão de poluentes ou descartes inadequados. Considerando o porte e a natureza dos serviços – restritos à compactação mecânica de vias já existentes –, eventuais impactos ambientais são considerados irrelevantes, temporários ou de insignificante magnitude, estando plenamente abarcados pelo tratamento ordinário já realizado pela empresa contratada e pela própria fiscalização municipal.

Portanto, diante do exposto, a contratação pretendida não gera impacto ambiental significativo, sendo esta alternativa plenamente viável sob o ponto de vista ambiental e imprescindível para garantir a funcionalidade e segurança das estradas





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

vicinais, beneficiando diretamente a população e o desenvolvimento municipal.

13. Conclusão

Diante da análise detalhada apresentada neste Estudo Técnico Preliminar, conclui-se que a contratação de horas máquina de rolo compactador mostra-se plenamente adequada e indispensável para o atendimento das necessidades da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes, tendo em vista a indisponibilidade do equipamento próprio e a importância da continuidade dos serviços de manutenção, recuperação e conservação das estradas vicinais do município.

Ressalta-se que a adoção da solução terceirizada mitigará prejuízos à população e garantirá condições adequadas de trafegabilidade e segurança, além de preservar o interesse público. Assim, opina-se favoravelmente pelo prosseguimento do processo de contratação, nos termos e requisitos mínimos estabelecidos neste estudo.

Ibiã, 19 de maio de 2026

Bruno Felicetti Dallago

Valdir Sebastião Moreira

Prefeitura Municipal de Ibiã -SC





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

ANEXO II

TERMO DE REFERÊNCIA

- **Órgão/Entidade Demandante:** Prefeitura Municipal de Ibiã/SC
- **Unidade Requisitante:** Secretaria De Infraestrutura, Obras E Transportes
- **Processo Administrativo nº:** 90/2026
- **Modalidade de Contratação:** Pregão Eletrônico
- **Fundamento Legal:** Lei nº 14.133/2021

1. Condições Gerais de Contratação

Nome do Item	Quantidade Estimada	Preço Unitário	Preço Total
Horas máquina de rolo compactador liso, vibratório auto propelido, peso de no mínimo 12 toneladas, em bom estado, incluindo-se operador, combustível e tudo que for necessário para execução do serviço	1000	R\$342,36	R\$342.360,00
Preço global do lote R\$342.360,00			

Preço global da contratação R\$342.360,00





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

1.1 Contratação de prestação de serviços sob demanda de horas - máquina de rolo compactador liso, vibratório autopropelido, a serem executados com regime de empreitada por preço unitário, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 O serviço objeto desta contratação é caracterizado como comum, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3 O serviço é caracterizado como continuado em razão da necessidade permanente de manutenção das estradas vicinais do município.

1.4 O prazo de vigência da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, contados da assinatura, podendo ser prorrogado por igual período, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021 e art. 22 do Decreto nº 11.462/2023, desde que comprovada a vantajosidade dos preços registrados.

2. Fundamentação e Descrição da Necessidade da Contratação

2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. A malha viária rural do município de Ibiã requer manutenção constante. A indisponibilidade do único rolo compactador pertencente ao município, inoperante por falhas mecânicas, resultou no acúmulo de demandas reprimidas.

2.2 Considerando que o Município de Ibiã/SC ainda não possui Plano de Contratações Anual formalmente instituído, a presente contratação fundamenta-se na necessidade administrativa superveniente decorrente da indisponibilidade do equipamento pertencente ao Município, situação que compromete diretamente a continuidade dos serviços de manutenção, recuperação e conservação das estradas vicinais.

3. Descrição da Solução como um Todo Considerado o Ciclo de Vida do Objeto e Especificação do Produto

3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência. A solução consiste na terceirização programada de horas-máquina de rolo compactador por meio do Sistema de Registro de Preços, garantindo flexibilidade para atendimento contínuo e conforme a demanda da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes.

4. Requisitos da Contratação





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos:

4.1.1 Disponibilização de rolo compactador em perfeitas condições de uso, revisado e apto às atividades de compactação em estradas vicinais e vias não pavimentadas.

4.1.2 O equipamento deve possuir características técnicas compatíveis com os serviços a serem realizados, promovendo eficiência, segurança e qualidade no resultado final.

4.1.3 Todo fornecimento de combustível, lubrificantes e insumos necessários ficará sob responsabilidade integral da empresa contratada, sem ônus extra para o município.

4.1.4 A empresa será incumbida da manutenção preventiva e corretiva do equipamento, com substituições de peças e eventuais reparos imediatos, garantindo o pleno funcionamento durante a vigência contratual.

4.1.5 Deverá ser disponibilizado operador qualificado, habilitado e com experiência comprovada, recaindo sobre a contratada todas as obrigações trabalhistas e previdenciárias referentes à prestação dos serviços.

4.1.6 O rolo compactador precisa atender a todas as normas de segurança vigentes, incluindo os dispositivos obrigatórios de proteção e operação.

4.1.7 A contratada deverá garantir substituição do equipamento e/ou operador em situações de falha mecânica ou indisponibilidade, evitando paralisação dos serviços.

4.1.8 Em caso de falha mecânica, quebra ou indisponibilidade do equipamento, a contratada deverá providenciar substituição por equipamento equivalente no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, sem custos adicionais ao Município.

4.1.9 A contratada deverá apresentar, sempre que solicitado pela fiscalização, documentação comprobatória das condições do equipamento, incluindo registros de manutenção, documentação do operador e demais documentos relacionados à segurança da operação.

4.2 Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

4.3 Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei n 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.4 Não há necessidade de realização de avaliação prévia do local de execução dos serviços.

5. Modelo de Execução do Objeto

5.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

5.1.1 A contratada deverá realizar a mobilização inicial do equipamento, operador e demais recursos necessários para início da execução contratual no prazo máximo de até 15 (quinze) dias contados do recebimento da Autorização de Fornecimento ou Ordem de Serviço inicial emitida pela Administração.

5.1.2 Após a mobilização inicial e início da execução contratual, as solicitações subsequentes da Administração, realizadas conforme a necessidade da Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes, deverão ser atendidas pela contratada no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas, contadas do recebimento da solicitação formal emitida pela Administração.

5.1.3 Em situações emergenciais devidamente justificadas pela Administração, a contratada deverá adotar as providências necessárias para atendimento prioritário da demanda, observadas as condições operacionais disponíveis.

5.1.4 Os serviços serão prestados nos locais, condições e horários definidos pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes, conforme demanda.

5.1.5 A contagem das horas terá início exclusivamente após o equipamento estar posicionado no local indicado pela Administração e efetivamente em operação, não sendo computados deslocamentos, paradas para abastecimento, manutenção ou quaisquer interrupções não autorizadas pela fiscalização.

5.2 Os serviços serão prestados no seguinte endereço: Estradas vicinais e vias não pavimentadas do município de Ibiã - SC.

5.3 Os serviços serão prestados no seguinte horário: A ser definido pela Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes.

5.4 Para a perfeita execução dos serviços, o Contratado deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário: Rolo compactador liso, vibratório autopropeleido, peso de no mínimo 12 toneladas, em bom estado de conservação, funcionamento e segurança, devidamente revisado e apto à execução dos serviços, incluindo-se operador, combustível e tudo que for necessário para execução do serviço.

5.5 O prazo de garantia contratual dos serviços é aquele estabelecido na Lei n 8.078, de 11 de setembro de 1990. 5.6 Não serão necessários procedimentos de transição e finalização do contrato devido às características do objeto.

6. Modelo de Gestão do Objeto





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei n 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e o Contratado devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar o preposto da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5 O Contratado designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto Contratado.

6.6 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos. A medição será realizada com base em horas efetivamente trabalhadas, sob supervisão do servidor responsável da Administração.

6.7 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos.

6.9 Ficam designados:

Fiscal do Contrato: Amarildo Pirolli, Diretor de Obras
Gestor do Contrato: Valdir Sebastião Moreira, Secretário Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes.

7. Infrações e Sanções Administrativas

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei n 14.133, de 2021, o Contratado que: der causa à inexecução parcial do contrato; der causa à inexecução total do contrato; ensejar o retardamento da





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado; apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato; praticar ato fraudulento na execução do contrato; comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza; praticar ato lesivo previsto no art. 5 da Lei n 12.846, de 1 de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave.

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas que causem inexecução total ou retardamento injustificado.

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas condutas fraudulentas ou inidôneas.

7.2.4 Multa moratória de 0,5 por cento por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 dias.

7.2.5 Multa compensatória de 5 por cento a 20 por cento do valor da contratação para inexecução total.

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

8. Critérios de Medição e de Pagamento

8.1 A avaliação da execução do objeto utilizará o disposto nesta seção. A medição será realizada com base em horas efetivamente trabalhadas, sob supervisão do servidor responsável da Administração.

8.1.1 O pagamento será realizado exclusivamente sobre as horas efetivamente executadas e devidamente atestadas pela fiscalização do contrato, mediante relatório de horas assinado pela fiscalização.

8.2 Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que o Contratado não produziu os resultados acordados, deixou de executar, ou não executou com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas.

8.3 O recebimento provisório ocorrerá mediante verificação inicial da execução dos serviços, da quantidade de horas executadas e das condições gerais da prestação, pelo fiscal do contrato.





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

8.4 O recebimento definitivo ocorrerá após conferência detalhada da conformidade dos serviços executados com as exigências do Termo de Referência, da Ata de Registro de Preços e da ordem de serviço emitida pela Administração.

8.5 O pagamento será efetuado em até **10 (dez) dias úteis**, contados da liquidação da despesa, em conformidade com o **Decreto Municipal nº 4499/2025**, mediante apresentação da Nota Fiscal/Fatura devidamente atestada pelo fiscal do contrato, observadas as condições previstas neste Termo de Referência e na Ata de Registro de Preços.

8.6 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.7 Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis pelo prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado da contratação. Após esse período, os preços poderão ser reajustados mediante aplicação do IPCA/IBGE, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

9. Forma e Critérios de Seleção do Fornecedor e Forma de Fornecimento

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO** por meio do **Sistema de Registro de Preços**.

9.2 O regime de execução do objeto será de empreitada por preço unitário.

9.3 O critério de aceitabilidade de preços será o de menor preço por item estimado para a contratação.

9.4 Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os requisitos de habilitação jurídica, fiscal, social, trabalhista e qualificação econômico-financeira conforme a legislação vigente.

9.5 Comprovação de aptidão mediante apresentação de atestado(s) de capacidade técnica emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, comprovando a execução satisfatória de serviços compatíveis com o objeto da presente contratação, envolvendo prestação de serviços com máquinas pesadas ou rolo compactador.

10. Estimativas do Valor da Contratação

10.1 O custo estimado total da contratação é de **R\$ 342.360,00 (trezentos e quarenta e dois mil**





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

trezentos e sessenta reais), referente à contratação estimada de 1.000 horas-máquina, ao valor unitário de **R\$ 342,36**.

10.2 A estimativa de custo levou em consideração os riscos usuais inerentes à contratação, considerando as condições de execução dos serviços e as obrigações atribuídas à contratada.

10.3 Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos serviços registrados.

11 Adequação Orçamentária

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município de Ibiã/SC, previstos na seguinte dotação orçamentária:

Secretaria: Secretaria Municipal de Infraestrutura, Obras e Transportes

Reduzido: 69

Elemento de Despesa: 3.3.90.39.99 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

Fonte de Recursos: 1500 – Recursos não vinculados de impostos.

12. Disposições Finais

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

12.2 Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei n 14.133, de 2021, e demais normas aplicáveis.

12. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará/SC para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, parágrafo 1, da Lei n 14.133, de 2021.

27 de Maio de 2026, Prefeitura Municipal de Ibiã -SC

Flávia Araldi

Diretora de Licitações





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Valdir Sebastião Moreira

Secretário de Infraestrutura, Obras e Transportes



**ANEXO III****EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026****MODELO PROPOSTA DE PREÇO****RAZÃO SOCIAL:**.....**CNPJ:**.....**INSC. ESTADUAL:**.....**ENDEREÇO:**.....**E-MAIL:**.....**TELEFONE;****BANCO:****AGENCIA:****CONTA CORRENTE:**.....

LOTE					
ITEM	DESCRIÇÃO	UNIDADE DE MEDIDA	QUANT.	Preço Unitário	Preço Total

Total Geral:**Validade mínima da proposta 60(sessenta dias) dias**_____
Nome completo e assinatura do(s) representante(s) legal(is) da empresa



ANEXO IV

**MODELO DE DECLARAÇÃO UNIFICADA
(PAPEL TIMBRADO DA LICITANTE)**

EDITAL DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026

PROCESSO LICITATÓRIO Nº 90/2026

MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO TIPO:

MENOR PREÇO POR ITEM

Objeto:

_____.

O Pregoeiro e Equipe de Apoio da Prefeitura Municipal de Ibiã/SC

Pelo presente instrumento, a empresa, CNPJ/MF nº, com sede na, através de seu representante legal infra-assinado que:

() Declara, sob as penas do artigo 299 do Código Penal, que se **enquadra na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, nos termos da Lei Complementar nº 123/06, alterada pela Lei Complementar nº 147/14**, bem assim que inexistem fatos supervenientes que conduzam ao seu desenquadramento desta situação. (*)

(*) Marcar este item caso se enquadre na situação de microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa.

- Declaramos, para os fins do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal, não empregamos menores de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e nem menores de dezesseis anos, em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir dos quatorze anos de idade.
- Declaramos, para os fins que até a presente data inexistem fatos supervenientes impeditivos para habilitação no presente processo licitatório, estando ciente da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.





- Declaramos, para os fins que a empresa não foi declarada inidônea por nenhum órgão público de qualquer esfera de governo, estando apta a contratar com o poder público.
- Declaramos, para os devidos fins que não possuímos em nosso quadro societário e de empregados, servidor ou dirigente de órgão ou entidade contratante ou responsável pela licitação;
- Comprometo-me a manter durante a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.
- Que nos quadros da empresa inexistem sócios, gerentes ou diretores que sejam membro ou servidor em exercício neste município, ocupante de cargo de direção na Administração Pública, servidores cedidos ou colocados à disposição desta Prefeitura direta ou indireta, ou ainda, cônjuge, companheiro ou parente até o terceiro grau;
- Assumimos inteira responsabilidade pela autenticidade de todos os documentos apresentados, sujeitando-nos a eventuais averiguações que se façam necessárias;
- Comprometemo-nos a manter, durante a execução do Contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas todas as condições de Habilitação e Qualificação exigidas no Pregão Eletrônico;
- Ocorrerão por conta, quaisquer outras despesas não incluídas na cotação dos preços do objeto;
- Que o ato constitutivo apresentado é o vigente;
- Que são autênticas as cópias e as assinaturas dos documentos apresentados;
 - Declaramos para os devidos fins que os produtos entregues são de boa qualidade;
- Declara, sob as sanções administrativas cabíveis e as penas da lei, que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.
- Declaramos, para os devidos fins de direito, na qualidade de Proponente dos procedimentos licitatórios, que o(a) responsável legal da empresa é o(a) Sr.(a).
....., Portador(a) do RG sob nº
..... e CPF nº.....





cuja função/cargo é (sócio administrador/procurador/diretor/etc), **responsável pela assinatura da Ata de Registro de Preços/contrato.**

• Declaramos, para os devidos fins que a Conta Corrente p/ Depósito:
Banco: Agência:.....

• Declaramos, para os devidos fins que em caso de qualquer comunicação futura referente a este processo licitatório, bem como em caso de eventual contratação, encaminhar Ata de Registro de Preços/Contrato assinado para o seguinte endereço:

• **E-mail:** _____

• Telefone: () _____

• **Cidade:** **Bairro:**..... **Rua:**..... **nº** **CEP:**.....

• Caso altere o citado e-mail, telefone ou endereço comprometo-me em protocolizar pedido de alteração junto ao Departamento de Licitações da Prefeitura Municipal de Ibiã, sob pena de ser considerado como intimado nos dados anteriormente fornecidos;

• Nomeamos e constituímos o senhor(a)....., portador(a) do CPF/MF sob n.º, para ser o(a) responsável para acompanhar a execução do Ata de Registro de Preços/Contrato, referente ao **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026** e todos os atos necessários ao cumprimento das obrigações contidas no instrumento convocatório, seus Anexos e no Ata de Registro de Preços /Contrato.

....., de 2026.

Assinatura do Responsável pela Empresa



**ANEXO V****ATA DE REGISTRO DE PREÇO N.****EDITAL DE LICITAÇÃO Nº 90/2026****PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026**

No dia xx do mês de xxxxxxxx do ano de 2026 compareceram, de um lado a(o) PREFEITURA MUNICIPAL DE IBIAM, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob o nº 01.612.745/0001-74, com sede administrativa localizada na Tv. Leoniza Carvalho Agostini., 20, bairro Centro, CEP nº 89652000, nesta cidade de Ibiã, SC, representado pelo Prefeito, o Sr(a) Camilo Cezar Minosso Gatti inscrito no cpf sob o nº 018.xxx.xxx-60, doravante denominada ADMINISTRAÇÃO, e as empresas abaixo qualificadas, doravante denominadas DETENTORAS DA ATA, que firmam a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS, de acordo com o resultado do julgamento da licitação na modalidade Pregão Eletrônico nº 29/2026, Processo licitatório nº 90/2026 que selecionou a proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando o(a) **REGISTRO DE PREÇOS PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE HORAS-MÁQUINA DE ROLO COMPACTADOR LISO/VIBRATÓRIO AUTOPROPELIDO, COM PESO MÍNIMO DE 12 TONELADAS, EM BOM ESTADO DE CONSERVAÇÃO, FUNCIONAMENTO E SEGURANÇA, DEVIDAMENTE REVISADO E APTO À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS, INCLUINDO OPERADOR, COMBUSTÍVEL, MANUTENÇÃO E DEMAIS INSUMOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS**, em conformidade com as especificações constantes no Edital.

Abaixo segue os licitantes que participaram da licitação e que tiveram itens vencedores:

Nome da empresa Itens _____

As empresas DETENTORAS DA ATA dos itens, resolvem firmar a presente ATA DE REGISTRO DE PREÇOS de acordo com o resultado da licitação decorrente do processo e licitação acima especificados, regido pela lei 14.133/2021, Art. 6, XLI, bem como pelo

Decreto Municipal nº(Registro de Preços) e, pelas condições do edital, termos da proposta, mediante as cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

Empresa(s) CNPJ / CPF Nome do Representante CPF

1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

- 1.1. O presente termo tem por objetivo e finalidade de constituir o sistema de Registro de Preços para seleção da proposta mais vantajosa para a Administração Pública, objetivando: **Registro de Preços para contratação de empresa especializada para prestação de**





serviços de horas-máquina de rolo compactador liso/vibratório autopropelido, com peso mínimo de 12 toneladas, em bom estado de conservação, funcionamento e segurança, incluindo operador, combustível, manutenção e tudo que for necessário para a execução dos serviços em conformidade com as especificações constantes no Edital, nas condições definidas no ato convocatório, seus anexos, propostas de preços e demais documentos e Atas do Processo e Licitação acima descritos, os quais integram este instrumento independente de transcrição, pelo prazo e validade do presente Registro de Preços.

- 1.2. A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar contratações com os respectivos fornecedores ou a contratar a totalidade dos bens registrados, sendo-lhe facultada a utilização de outros meios permitidos pela legislação relativa às licitações, sem cabimento de recurso, sendo assegurado ao beneficiário do registro de preços preferência em igualdade de condições.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DO PREÇO

- 2.1. O preço unitário para fornecimento do objeto de registro será o de Menor preço por item, inscrito na Ata do Processo e Licitação descritos acima e de acordo com a ordem de classificação das respectivas propostas que integram este instrumento, independente de transcrição, pelo prazo de validade do registro, conforme segue:

- 2.2. Os preços registrados serão fixos e irrevogáveis durante a vigência da Ata de Registro de Preço.

2.2.1. Na hipótese de alteração de preços de mercado, para mais ou para menos devidamente comprovadas, estes poderão ser revistos, visando ao restabelecimento da relação inicialmente pactuada, conforme permite o artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021.

2.2.2. Para efeitos de revisão de preços ou do pedido de cancelamento do registro de que trata a cláusula sexta, a comprovação deverá ser feita por meio de documentação comprobatória da elevação dos preços inicialmente pactuados, mediante juntada da planilha de custos, lista de preços de fabricantes, notas fiscais de aquisição, de transporte, encargos e outros, alusivos à data da apresentação da proposta e do momento do pleito, sob pena de indeferimento do pedido.

2.2.3. A revisão será precedida de pesquisa prévia no mercado, banco de dados, índices ou tabelas oficiais e ou outros meios disponíveis para levantamento das condições de mercado, envolvendo todos os elementos materiais para fins de fixação de preço máximo a ser pago pela administração.

2.2.4. O órgão gerenciador deverá decidir sobre a revisão dos preços no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, salvo por motivo de força maior, devidamente justificado no processo.





2.2.5. No reconhecimento do desequilíbrio econômico financeiro do preço inicialmente estabelecido, o órgão gerenciador, se julgar conveniente, poderá optar pelo cancelamento do preço, liberando os fornecedores do compromisso assumido, sem aplicação de penalidades ou determinar a negociação.

2.2.6. No ato da negociação de preservação do equilíbrio econômico financeiro do Ata de Registro de Preços será dada preferência ao fornecedor de primeiro menor preço e, sucessivamente, aos demais classificados, respeitada a ordem de classificação.

2.3. Na ocorrência do preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado, caberá ao órgão gerenciador da Ata promover as necessárias negociações junto aos fornecedores, mediante as providências seguintes:

a) convocar o fornecedor primeiro classificado, visando estabelecer a negociação para redução de preços originalmente registrados e sua adequação ao praticado no mercado;

b) frustrada a negociação, o fornecedor será liberado do compromisso assumido; e

c) convocar os demais fornecedores registrados, na ordem de classificação, visando igual oportunidade de negociação.

2.4. Quando o preço registrado torna-se inferior aos preços praticados no mercado e o fornecedor não puder cumprir o compromisso inicialmente assumido poderá mediante requerimento devidamente instruído, pedir revisão dos preços ou o cancelamento do preço registrado, nos termos do artigo 82, §5º, inc. IV, da Lei nº 14.133/2021, caso em que o órgão gerenciador poderá:

a) estabelecer negociação com os classificados visando à manutenção dos preços inicialmente registrados:

b) permitir a apresentação de novos preços, observado o limite máximo estabelecido pela administração, quando da impossibilidade de manutenção do preço na forma referida na alínea anterior, observada as seguintes condições:

b1) as propostas com os novos valores deverão constar de envelope lacrado, a ser entregue em data, local e horário, previamente, designados pelo órgão gerenciador;

b2) o novo preço ofertado deverá manter equivalência entre o preço originalmente constante da proposta e o preço de mercado vigente à época da licitação, sendo registrado o de menor valor.

2.4.1. A fixação do novo preço pactuado deverá ser consignada em apostila à Ata de Registro de Preços, com as justificativas cabíveis, observada a anuência das partes.

2.4.2. Não havendo êxito nas negociações, de que trata este subitem e o anterior estes serão formalmente desonerados do compromisso de fornecimento em relação ao item ou





lote pelo órgão gerenciador, com conseqüente cancelamento dos seus preços registrados, sem aplicação das penalidades.

3. CLAÚSULA TERCEIRA – DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

- 3.1. O prazo de validade desta Ata de Registro de Preços SERÁ O ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO A QUAL GEROU ESSA ATA DE REGISTRO DE PREÇO a contar da data da assinatura da ata, computadas neste prazo, as eventuais prorrogações.
- 3.2. Os preços decorrentes do Sistema de Registro de Preços terão sua vigência conforme as disposições contidas nos instrumentos convocatórios e respectivos Ata de Registro de Preços/Contratos, obedecida o disposto no art. 84 da Lei nº 14.133/2021.
- 3.3. É admitida a prorrogação da vigência da Ata, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021., quando a proposta continuar se mostrando mais vantajosa, satisfeitos os demais requisitos deste Decreto.

4. CLÁUSULA QUARTA – DOS USUÁRIOS DO REGISTRO DE PREÇOS

- 4.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada pelos órgãos ou entidades da Administração Municipal relacionadas no objeto deste Edital;
- 4.2. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços deverão apresentar suas solicitações de aquisição ou contratação ao órgão gerenciador, que formalizará por intermédio de instrumental contratual ou emissão de nota de empenho de despesa ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.
- 4.3. Os quantitativos dos contratos de fornecimento serão sempre fixos e os preços a serem pagos serão aqueles registrados em ata.
- 4.4. Aplicam-se aos contratos de fornecimento as disposições pertinentes da Lei Federal n.º 14.133, de 1 de abril de 2021, suas alterações posteriores e demais normas cabíveis.
- 4.5. Os órgãos e entidades participantes da Ata de Registro de Preços manterão o órgão gerenciador informado a respeito dos processos de aquisições por meio de registro de preços, devendo encaminhar cópia dos comprovantes das aquisições, para a anexação ao respectivo processo de registro.
- 4.6. A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração que não tenha participado do certame licitatório, sendo que serão denominadas 'Órgão não-participante ou carona.





5. CLAUSULA QUINTA – DOS DIREITOS E OBRIGAÇÕES DAS PARTES

5.1. Compete ao Órgão Gestor:

5.1.1. A Administração e os atos de controle da Ata de Registro de Preços decorrente da presente licitação serão do Núcleo de Compras e Licitação, denominado como órgão gerenciador do Sistema de Registro de Preços, nos termos do Decreto Municipal.

5.1.2. O órgão gerenciador acompanhará, periodicamente, os preços praticados no mercado para os materiais registrados, para fins de controle e fixado do valor máximo a ser pago pela Administração.

5.1.2.1. O órgão gerenciador sempre que os órgãos e entidades usuários da ata de registro de preços necessitarem da entrega dos materiais, indicará os fornecedores e seus respectivos saldos, visando subsidiar os pedidos de materiais, respeitada a ordem de registro e os quantitativos a serem fornecidos.

5.1.3. Optar pela contratação ou não dos bens ou serviços decorrentes do Sistema Registro de Preços ou das quantidades estimadas, ficando-lhe facultada a utilização de outros meios para aquisição de item, respeitada a legislação relativa às licitações, sendo assegurado ao beneficiário do Registro de Preços preferência em igualdade de condições, sem que caiba recurso ou indenização;

5.1.4. Dilatar o prazo de vigência do registro de preços “de ofício” através de apostilamento, com a publicação na imprensa oficial do município, observado o prazo legalmente permitido, quando os preços apresentarem mais vantajosos para a Administração e/ou existirem demandas para atendimento dos órgãos usuários.

5.1.5. Decidir sobre a revisão ou cancelamento dos preços registrados no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, salvo motivo de força maior devidamente justificado no processo;

5.1.6. Emitir a autorização de compra;

5.1.7. Dar preferência de contratação com o detentor do registro de preços ou conceder igualdade de condições, no caso de contratações por outros meios permitidos pela legislação;

5.2. Compete aos órgãos ou entidades usuárias:

5.2.1. Proporcionar ao detentor da ata todas as condições para o cumprimento de suas obrigações e entrega dos materiais dentro das normas estabelecidas no edital;

5.2.2. Proceder à fiscalização da contratação, mediante controle do cumprimento de todas as obrigações relativas ao fornecimento, inclusive encaminhando ao órgão gerenciador qualquer irregularidade verificada;





5.2.3. Rejeitar, no todo ou em parte, os produtos entregues em desacordo com as obrigações assumidas pelo detentor da ata.

5.3. Compete ao Compromitente Detentor da Ata:

5.3.1. Entregar os produtos nas condições estabelecidas no edital e seus anexos e atender todos os pedidos de contratação durante o período de duração do registro de Preços, independente da quantidade do pedido ou de valor mínimo, de acordo com a sua capacidade de fornecimento fixada na proposta de preço de sua titularidade, observando as quantidades, prazos e locais estabelecidos pelo Órgão

Usuário da Ata de Registro de Preços;

5.3.2. Manter, durante a vigência do registro de preços, a compatibilidade de todas as obrigações assumidas e as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

5.3.3. Substituir os produtos recusados pelo órgão ou entidade usuária, sem qualquer ônus para a Administração, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, independentemente da aplicação das penalidades cabíveis;

5.3.4. Ter revisado ou cancelado o registro de seus preços, quando presentes os pressupostos previstos na cláusula segunda desta Ata;

5.3.5. Atender a demanda dos órgãos ou entidade usuários, durante a fase da negociação de revisão de preços de que trata a cláusula segunda desta Ata, com os preços inicialmente registrados, garantida a compensação dos valores dos produtos já entregues, caso do reconhecimento pela Administração do rompimento do equilíbrio originalmente estipulado;

5.3.6. Vincular-se ao preço máximo (novo preço) definido pela Administração, resultante do ato de revisão;

5.3.7. Ter direito de preferência ou, igualdade de condições caso a Administração optar pela contratação dos bens ou serviços objeto de registro por outros meios facultados na legislação relativa às licitações.

5.3.8. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo até a entrega do objeto de registro de preços.

5.3.9. Receber os pagamentos respectivos nas condições pactuadas no edital e na cláusula oitava desta Ata de Registro de Preços.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO CANCELAMENTO DOS PREÇOS REGISTRADOS





6.1. A Ata de Registro de Preços será cancelada, automaticamente, por decurso de prazo de vigência ou quando não restarem fornecedores registrados e, por iniciativa do órgão gerenciador da Ata de Registro de Preços quando:

6.1.1. Pela ADMINISTRAÇÃO, quando:

- a) o detentor da ata descumprir as condições da Ata de Registro de Preços a que estiver vinculado;
- b) o detentor não retirar nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido, sem justificativa aceitável;
- c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do contrato de fornecimento;
- d) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese desta apresentar superior ao praticado no mercado;
- e) estiver impedido para licitar ou contratar temporariamente com a administração ou for declarado inidôneo para licitar ou contratar com a administração pública, no termos da Lei Federal nº 14.133, de 1 de abril de 2021;
- f) por razões de interesse público devidamente fundamentadas.

6.1.2. Pela DETENTORA da ata quando, mediante solicitação por escrito, comprovar estar impossibilitada de executar o contrato de acordo com a ata de registro de preços, decorrente de caso fortuito ou de força maior.

6.2. Nas hipóteses previstas no subitem 6.1., a comunicação do cancelamento de preço registrado será publicada na imprensa oficial juntando-se o comprovante ao expediente que deu origem ao registro.

6.3. O cancelamento do registro, assegurados o contraditório e a ampla defesa, será formalizado por despacho da autoridade competente.

6.4. A solicitação da detentora da ata para cancelamento do registro do preço deverá ser protocolada no protocolo geral da ADMINISTRAÇÃO, facultada a esta a aplicação das sanções administrativas previstas no edital, se não aceitar as razões do pedido, sendo assegurado ao fornecedor o contraditório e a ampla defesa.

6.5. Cancelada a ata em relação a uma detentora, o Órgão Gerenciador poderá emitir ordem de fornecimento àquela com classificação imediatamente subsequente.

a) CLÁUSULA SÉTIMA – DO FORNECIMENTO, LOCAL E PRAZO DE ENTREGA

7.1. A Ata de Registro de Preços será utilizada para aquisição do respectivo objeto, pelos órgãos e entidades da Administração Municipal.





7.2. Cada fornecimento deverá ser efetuado mediante solicitação por escrito, formalizado pelo órgão ou entidade participante ao órgão gerenciador, dela devendo constar: a data, o valor unitário do fornecimento, a quantidade pretendida, o local para a entrega, o prazo, o carimbo e a assinatura do responsável.

7.3. O órgão gerenciador formalizará por intermédio de instrumental contratual ou autorização de compra ou outro instrumento equivalente, obedecidas as modalidades de contratação dispostas na Lei 14.133/2021, bem como as disposições do instrumento convocatório, acompanhada a respectiva nota de empenho, contendo o número de referência da Ata de Registro de Preços e procederá diretamente a solicitação com o fornecedor, com os preços registrados, obedecida a ordem de classificação.

7.4. Caso a fornecedora classificada não puder fornecer os produtos solicitados, ou o quantitativo total requisitado ou parte dele, deverá comunicar o fato ao Departamento de Compras – órgão gerenciador, por escrito, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da Ordem de Fornecimento.

7.5. A(s) fornecedora(s) classificada(s) ficará(ão) obrigada(s) a atender as ordens de fornecimento efetuadas dentro do prazo de validade do registro, mesmo se a entrega dos materiais ocorrer em data posterior ao seu vencimento.

7.5.1. O local de entrega dos materiais será estabelecido em cada Ordem de Fornecimento, podendo ser na sede da unidade requisitante, ou em local em que esta indicar.

7.5.2. O prazo de entrega dos materiais/serviços será aqueles PREVISTO/ESTABELECIDO NO EDITAL DE LICITAÇÃO QUE GEROU ESTÁ ATA DE REGISTRO DE PREÇO.

7.5.3. Se a Detentora da ata não puder fornecer o quantitativo total requisitado, ou parte dele, deverá comunicar o fato à administração, por escrito, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, a contar do recebimento da ordem de fornecimento.

7.5.4. Serão aplicadas as sanções previstas na Lei Federal nº 14.133 de 2021 e suas alterações posteriores, além das determinações deste edital, se a detentora da ata não atender as ordens de fornecimento.

7.6. A segunda fornecedora classificada só poderá fornecer à Administração, quando estiver esgotada a capacidade de fornecimento da primeira, e assim sucessivamente, de acordo com o consumo anual previsto para cada item da licitação, ou quando da primeira classificada tiver seu registro junto a Ata cancelado.

7.7. As despesas relativas à entrega dos materiais correrão por conta exclusiva da fornecedora detentora da Ata.





7.8. A Detentora da Ata obriga-se a fornecer os materiais, descritos na presente Ata, novos e de primeiro uso, em conformidade com as especificações descritas na proposta de Preços, sendo de sua inteira responsabilidade a substituição, caso não esteja em conformidade com as referidas especificações.

7.8.1. Serão recusados os materiais imprestáveis ou defeituosos, que não atendam as especificações constantes no edital e/ou que não estejam adequados para o uso.

7.8.2. Os materiais deverão ser entregues embalados de forma a não serem danificados durante as operações de transporte e descarga no local da entrega.

7.9. Independente de aceitação, a contratada garantirá a qualidade e segurança dos materiais licitados contra defeitos de fabricação, pelo prazo mínimo de 06 (seis) meses a partir da data da entrega, conforme manual da fabricante, salvo o uso indevido, acidente e desgaste natural.

7.10. Todas as despesas relativas à entrega e transporte dos materiais, bem como todos os impostos, taxas e demais despesas decorrentes da presente Ata, correrão por conta exclusiva da contratada.

8. CLÁUSULA OITAVA – DO PAGAMENTO

8.1. O pagamento, decorrente do fornecimento do objeto desta licitação, será efetuado mediante crédito em conta bancária, em até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento definitivo dos materiais, após a apresentação da respectiva Nota Fiscal, devidamente atestada pelo setor competente, conforme dispõe o art. 25 da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

8.2. Os pagamentos somente serão efetuados após a comprovação, pela(s) fornecedora(s), de que se encontra regular com suas obrigações para com o sistema de seguridade social, mediante a apresentação das Certidões Negativas de Débito com o INSS e com o FGTS.

8.3. Ocorrendo erro no documento da cobrança, este será devolvido e o pagamento será susinado para que o fornecedor tome as medidas necessárias, passando o prazo para o pagamento a ser contado a partir da data da reapresentação do mesmo.

8.4. Caso se constate erro ou irregularidade na Nota Fiscal, o órgão, a seu critério, poderá devolvê-la, para as devidas correções.

8.5. Na hipótese de devolução, a Nota Fiscal será considerada como não apresentada, para fins de atendimento das condições contratuais.

8.6. Na pendência de liquidação da obrigação financeira em virtude de penalidade ou inadimplência contratual o valor será descontado da fatura ou créditos existentes em favor da fornecedora.





8.7. A Administração efetuará retenção, na fonte dos tributos e contribuições sobre todos os pagamentos devidos à fornecedora classificada.

9. CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As despesas decorrentes da contratação dos objetos da presente Ata de Registro de Preços correrão a cargo dos Órgãos ou Entidades Usuários da Ata, cujos Programas de Trabalho e Elementos de Despesas constarão nas respectivas notas de empenho, contrato ou documento equivalente, observada as condições estabelecidas no edital e ao que dispõe o artigo 95, da Lei n. 14.133 de 2021.

10. CLÁUSULA DÉCIMA – DAS PENALIDADES E DAS MULTAS

10.1. Caberá ao Órgão Gerenciador, a seu juízo, após a notificação por escrito de irregularidade pela unidade requisitante, aplicar ao detentor da ata, garantidos o contraditório e a ampla defesa, as seguintes sanções administrativas:

10.1.1. pelo descumprimento total da obrigação assumida, caracterizado pela recusa do fornecedor em assinar o contrato, aceitar ou retirar a nota de empenho ou documento equivalente no prazo estabelecido, ressalvados os casos previstos em lei, devidamente informados e aceitos:

b) multa de dez por cento sobre o valor constante da nota de empenho ou contrato;

c) cancelamento do preço registrado;

d) suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a administração no prazo de até cinco anos.

10.1.1.1 As sanções previstas neste subitem poderão ser aplicadas cumulativamente.

10.1.2. por atraso injustificado no cumprimento de contrato de fornecimento:

a) multa de 0,5% (meio por cento), por dia útil de atraso, sobre o valor da prestação em atraso até o décimo dia;

b) rescisão unilateral do contrato após o décimo dia de atraso.

10.1.3. por inexecução total ou execução irregular do contrato de fornecimento ou de prestação de serviço:

a) advertência, por escrito, nas faltas leves;

b) multa de 10% (dez por cento) sobre o valor correspondente à parte não cumprida ou da totalidade do fornecimento ou serviço não executado pelo fornecedor;

c) suspensão temporária de participar de licitação e impedimento de contratar com a administração pública estadual por prazo não superior a 2 (dois) anos.





d) declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a administração pública municipal, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.

10.1.3.1. A penalidade prevista na alínea b do subitem 10.1.3. poderá ser aplicada de forma isolada ou cumulativamente com as sanções previstas nas alíneas a c e d sem prejuízo da rescisão unilateral do instrumento de ajuste por qualquer das hipóteses prescritas nos artigos 137 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

10.1.3.2. Ensejará ainda motivo de aplicação de penalidade de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração de até cinco anos e descredenciamento do Registro Cadastral da ADMINISTRAÇÃO, o licitante que apresentar documentação falsa, não mantiver a proposta e cometer fraude fiscal, sem prejuízo das demais cominações legais, nos termos da Lei Federal nº 14.133 de 2021.

10.1.3.3. O fornecedor que não recolher as multas previstas neste artigo, no prazo estabelecido, ensejará também a aplicação da pena de suspensão temporária de participação em licitação ou impedimento de contratar com a administração, enquanto não adimplida a obrigação.

10.1.3.4. A aplicação das penalidades previstas nas alíneas c e d do subitem 10.1.3, será de competência exclusiva do prefeito municipal, facultada a ampla defesa, na forma e no prazo estipulado no parágrafo seguinte, podendo a reabilitação ser concedida mediante ressarcimento dos prejuízos causados e após decorrido o prazo de sanção mínima de dois anos.

10.2. Fica garantido ao fornecedor o direito prévio da citação e de ampla defesa, no respectivo processo, no prazo de cinco dias úteis, contado da notificação.

10.3. As penalidades aplicadas serão obrigatoriamente anotadas no registro cadastral dos fornecedores mantido pela Administração.

10.4. As importâncias relativas às multas deverão ser recolhidas à conta do Tesouro do Município.

11. CLAUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA EFICÁCIA

11.1. O presente Termo de Registro de Preços somente terá eficácia após a publicação do respectivo extrato na imprensa oficial do município.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

12.1. Fica eleito o Foro da Comarca de Tangará, SC para dirimir quaisquer dúvidas ou questões oriundas do presente instrumento. E, por estarem as partes justas e





Estado de Santa Catarina

MUNICÍPIO DE IBIAM

Folha Nº _____

Rubrica _____

compromissadas, assinam o presente Termo em duas vias, de igual teor, na presença das testemunhas abaixo assinadas.

CONTRATANTE

Camilo Cezar Minosso Gatti

Prefeito Municipal

CNPJ.

CONTRATADA

PROPONENTE

VENCEDOR



Assinantes

**Camilo Cezar Minosso Gatti**

Assinou em 28/05/2026 às 09:26:16 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de CAMILO CEZAR MINOSSO GATTI com o CPF *****.038.089-****, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, Camilo Cezar Minosso Gatti, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

**ANDRE LUIS SIMIONI**

Assinou em 28/05/2026 às 09:28:33 com Certificado Digital Qualificado, emitido em nome de ANDRE LUIS SIMIONI com o CPF *****.503.139-****, nos termos do § 1º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001.

Eu, ANDRE LUIS SIMIONI, estou ciente das normas descritas na Lei nº 14.063/2020, no que se refere aos tipos de assinaturas consideradas como válidas para a prática de atos e interações pelos Entes Públicos.

Veracidade do documento



Documento assinado digitalmente.

Verifique a veracidade utilizando o QR Code ao lado ou acesse o site **verificador.betha.cloud** e insira o código abaixo:

56P-DV7-5J3-YP7